

VALOR MORAL EM KANT*: A PRIMEIRA SEÇÃO DA *FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES***

MORAL VALUE IN KANT: THE FIRST SECTION OF THE GROUNDWORK FOR THE METAPHYSICS OF MORALS

Robinson dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-3549-2143>

dossantosrobinson@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil

„...weil, wenn vom moralischen Werte die Rede ist,
es nicht auf die Handlungen ankommt die man sieht,
sondern aus jene innere Prinzipien derselben,
die man nicht sieht.“ (GMS, 407,12-15)

RESUMO *Na obra de Kant o termo valor é utilizado com grande frequência e, de fato, isso não é algo exclusivo das obras de filosofia moral. Apesar disso, Kant não explicou de modo claro e suficiente o papel que este conceito desempenha ou o que ele realmente significa em sua filosofia moral. Neste artigo, argumentarei que o conceito kantiano de valor na primeira seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes é relevante e estratégico*

* Artigo submetido em: 27/04/2023. Aprovado em: 05/03/2024.

** Este trabalho é parte de meu projeto de pesquisa “O problema do valor na filosofia moral de Kant: aspectos normativos e metaéticos” e tem como propósito, aqui, apresentar e introduzir o problema. Agradeço à CAPES e à Fundação Alexander von Humboldt, que possibilitaram minha estadia de pesquisa na Universidade de Bonn ao longo do ano de 2019. Sou grato igualmente ao CNPq pela bolsa de pesquisa recebida, que me permitirá dar continuidade ao desenvolvimento do projeto.

para esclarecer sua noção de ação moral, mas desempenha apenas um papel secundário em toda a argumentação da Fundamentação. Esta é a principal razão pela qual sua ética não é o que chamamos de uma teoria sistemática do valor moral. Como veremos, seu conceito de valor não é colocado antes, acima ou abaixo da lei moral e do dever, isto é, como seu fundamento de validade, mas, ao contrário, todo valor deriva da lei moral e do imperativo categórico.

Palavras-chave: *Kant, valor moral, ação, dever, lei moral.*

ABSTRACT *In Kant's work, the term value is used very frequently and, as a matter of fact, this is not something exclusive to works of moral philosophy. Despite that, Kant did not explain clearly and sufficiently the role this concept plays or what it really means in his moral philosophy. In this article, I will argue that Kant's concept of value in the first section of the Groundwork of the Metaphysics of Morals is relevant and strategic to clarify his concept of moral action, but it only plays a secondary role in the entire argumentation of the Groundwork. This is the main reason why his ethics is not what we call a systematic theory of moral value. As we will see, his concept of value is not placed before, above or under moral law and duty, i.e., as their foundation of validity, but much on the contrary, all values derive from moral law and the categorical imperative.*

Keywords: *Kant, moral value, action, duty, moral law.*

Introdução

Em sua obra *Valor moral e diversidade humana* (2007), Robert Audi faz uma observação a respeito de uma característica bastante peculiar das teorias morais, a qual parece bastante razoável e não impõe grandes dificuldades quanto à sua compreensão, a saber: “Todas as principais posições da ética ou tomam alguma noção de valor – tal como o intrinsecamente bom – como centrais para a moralidade ou, em última instância, conferem um lugar importante ao tema do valor”¹. Também no caso da ética kantiana isso parece não ser diferente, pois ela efetivamente pode ser analisada à luz destes dois pontos de vista. Porém, antes de mais nada, precisamos nos entender sobre o significado do conceito de valor. A outra pergunta que precisaria ser esclarecida é: em qual das duas

1 Audi, 2007, p. 35. Tradução do autor.

possibilidades apontadas por Audi, Kant poderia ser encaixado? Dito de outro modo, podemos caracterizar a ética de Kant por a) tomar um noção de valor como central ou b) apenas conferir um lugar importante ao valor? No trabalho que segue pretendo demonstrar que Kant está nesta segunda perspectiva.

O conceito de valor moral desempenha reconhecidamente um papel fundamental na argumentação kantiana de modo especial no interior da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Este conceito aparece em grande medida acompanhado de outros qualificadores como *absoluto*, *relativo*, *intrínseco*, *condicional*, *incondicional*, *subjetivo*, *objetivo*², para citar alguns exemplos.

A posição inicial de Kant, precisamente na primeira seção da *Fundamentação* (daqui para frente abreviada como *GMS I*), é de que o *valor moral* de uma ação não está no *efeito* por ela produzido, mas no *princípio* pelo qual ela se orienta (Ak., 400-401). A análise desta definição e do contexto argumentativo em que Kant a desenvolve é condição necessária para se compreender a distinção ente ações conformes ao dever e ações por dever, elemento central e decisivo na argumentação da *GMS I*.

Se, por um lado, é possível afirmar que Kant não escreveu uma *teoria do valor* específica, sistemática e abrangente para sua filosofia moral, isso não torna ilegítima a hipótese de que ela carregue consigo elementos que permitam entrever uma certa concepção de valor a partir de sua ética. Neste sentido, parto da tese de que sua ética contém uma determinada concepção de valor moral. Isso não quer dizer que sua doutrina moral possa ser reduzida a uma teoria do valor e muito menos que ela possa ser comparada a uma ética dos valores, nos moldes daquelas propostas e defendidas por Max Scheler ou Nicolai Hartmann, por exemplo. A concepção kantiana do valor moral permanece, no meu modo de entender, muito mais como algo subliminar na ética de Kant.

Independentemente desta pressuposição teórica inicial, é preciso lembrar que este tema não é isento de disputa nas interpretações da ética kantiana. Mais importante do que identificar quem está certo em sua abordagem (se aqueles que argumentam em favor de uma concepção de valor moral em Kant ou aqueles que a rejeitam), é necessário, antes, esclarecer a partir do próprio texto kantiano questões como: afinal, o que Kant entende por valor moral? O que significa a afirmação na *GMS I* de que apenas as ações por dever possuem valor moral? Se o conceito de valor moral tem um papel na ética de Kant, seria este um papel fundacional ou é ele, antes, resultante de sua concepção de razão

2 Este conceito aparece cerca de 791 vezes nos escritos de Kant, incluindo as cartas. Cf. "Bonner Kant Korpus". Disponível em: <https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/>.

prática e por si mesmo seria um conceito de importância menor no contexto geral da obra? E, por fim, sua ética pode ser compreendida em última instância como uma teoria do valor moral?

A fim de responder a estas perguntas, pretendo analisar o tema do valor moral na ética de Kant por meio dos seguintes passos: 1. primeiro, apresento uma visão panorâmica preliminar dos principais posicionamentos no campo da ética a respeito do *valor*; 2. analiso as definições mais relevantes sobre o *valor moral* na argumentação da *GMS I*; 3. identifico alguns problemas concernentes às definições kantianas e faço referência a algumas das teses defendidas na literatura que julgo relevantes na recepção do tema; 4. faço minhas considerações conclusivas sobre o debate e sobre as questões que me propus a responder.

1. Abordagens sobre o valor: um breve panorama

Antes de examinarmos a concepção de valor moral em Kant, talvez seja apropriado conhecermos, ainda que de modo breve, algumas das principais abordagens ou concepções sobre o valor moral. Para dar conta desta tarefa, que consiste mais em uma exposição de caráter didático e introdutório, pois não adentrarei no exame acurado de cada posição, tomarei como referência seis diferentes abordagens ou visões acerca do tema. Para o objetivo aqui pretendido, considero suficiente tomar como ponto de partida as distinções e o exame das respectivas teses que Christoph Horn realiza no final da segunda parte de seu livro *Nichtideale Normativität: ein neuer Blick auf Kants politischer Philosophie* (2014). Horn trata do tema do valor quando analisa a questão da *dignidade humana* no contexto de sua interpretação da relação dos direitos humanos e os fundamentos da normatividade política em Kant.

Como Horn mesmo faz referência neste capítulo de sua obra, o debate em torno da dignidade – que também foi analisado por Oliver Sensen especialmente em *Kant on human dignity* (2011) – exige que se faça uma análise minuciosa da concepção do valor em Kant. Sem isso é muito difícil estabelecer uma compreensão coerente sobre o tema da dignidade no pensamento ético kantiano. Tanto quanto é possível perceber, Horn alinha-se senão no todo, ao menos em parte com a leitura *antideontológica* de Kant, algo que também Oliver Sensen e mais explicitamente Barbara Herman defendem em suas interpretações³. Sobre alguns aspectos dessas duas abordagens falarei mais adiante.

3 Não apenas estes, mas também outros autores, como Paul Guyer, Christine Korsgaard e Allen Wood, são identificados como *antideontológicos*. Para uma discussão mais detalhada sobre este aspecto, ver o ensaio

Horn observa inicialmente que o vocabulário de Kant não se reduz a uma terminologia exclusivamente deontológica. Nas suas palavras:

Muito pelo contrário, ele faz uso, em uma extensão relativamente larga, adicionalmente de conceitos como ‘valores’, ‘bens’ e ‘fins’, portanto, dos conceitos fundamentais das éticas tradicionais teleológicas, embora ele as recuse de modo geral como inadequadas (compare por exemplo *KpV* V 39)⁴

Por esta razão é preciso mesmo examinar com cuidado a linguagem empregada por Kant, pois se de um lado ele rejeita claramente as éticas teleológicas (particularmente sua crítica à felicidade como fim último da ação moral) e ao mesmo tempo defende uma concepção de dever, então como podem ser colocados estes conceitos (isto é, fins, bens e valores), os quais são pertencentes às tradições anteriores, de modo coerente no mesmo contexto, com o “moralmente correto e o moralmente devido”? Dito de outro modo, como conciliar uma ética racional do dever com uma terminologia que não lhe é *prima facie* adequada, isto é, com a linguagem do valor?

Como observa Horn, “duas opções estão abertas para Kant: Kant pode obter sua teoria do valor ou do bem ou a partir de sua concepção do imperativo categórico ou então pelo contrário, extrair o procedimento do imperativo categórico, tal como nós o conhecemos na fórmula da lei universal ou da humanidade-como-fim-em-si, de um fundamento axiológico anterior”⁵. É claro que esta segunda opção sequer foi considerada por Kant. Neste contexto é possível perceber que o valor, embora muito citado por Kant, não constituirá o pilar central de sua filosofia moral. Mas é preciso observar que o valor não precisa ser postulado apenas de duas maneiras, isto é, ou concebido como derivado (secundário) ou então a base principal de uma teoria moral. Por esta razão é de suma importância levarmos em conta outras posições possíveis com relação aos valores. E aqui, novamente, valho-me do panorama apresentado por Horn na obra supracitada⁶.

Podemos identificar de acordo com Horn, seis posições relacionadas ao valor: o *realismo moral metafísico*, a *teoria da superveniência*, a *teoria relacional* (inclinações ou necessidades) do valor, a *teoria da oikêiosis*, *teoria do desejo* (que pode ser incorporada em alguma medida também em um subjetivismo) e a *teoria imperativista* do valor.

de Johnson, 2007.

4 Horn, 2014, p. 100.

5 Horn, 2014, pp. 100-101.

6 Horn, 2014, pp. 101.

1. Valores são objetos, que existem ‘no mundo exterior’ (*realismo robusto ou metafísico*) e podem ser observados por meio de um aparato sensorial genuíno (*intuicionismo de valor*);
2. Valores são qualidades supervenientes que se relacionam com qualidades naturais de coisas reais ou existem no mundo (*teoria da superveniência*);
3. Valores podem existir por conta de uma relação objetiva de duas entidades no mundo: daquilo que é *valioso* e daquele para quem ele é valioso. Valioso neste sentido, é especialmente tudo aquilo que corresponde às inclinações ou necessidades de alguém (*teoria das inclinações ou necessidades*);
4. Valores são derivados da auto-relação prática do agente, isto é, a partir da observação interna do valor por parte do agente na perspectiva do agir racional sensivelmente condicionado (na perspectiva da tradição estoica eu chamo esta de *teoria da oikêiosis*);
5. A existência dos valores remonta aos desejos subjetivos. Algo é para mim valioso porque eu o desejo (*teoria do desejo*);
6. Valores existem em razão de um ato instituidor imperativo. Deste modo, por exemplo em uma ética *do comando divino*, o valioso pode ser aquilo que auxilia no preenchimento do mandamento divino ou aquilo que é gerado por tal comando. (Horn, 2014, p. 101).

A partir destas diferentes abordagens sobre o valor moral ganhamos, mesmo que de modo preliminar, um mapa para nos localizarmos no interior deste debate. E, diante destas posições teóricas sobre o valor, é natural que nos perguntemos agora: em qual delas se encaixa a ética de Kant? Ou, em última instância, se acaso não se encaixa plenamente em nenhuma delas, então de qual então ela se aproximaria mais? Na sequência de seu texto, Horn procura a resposta a esta pergunta.

Talvez o caminho mais apropriado para se responder a essa interrogação seja primeiramente *negativo* ou *por eliminação*: em nenhuma hipótese a ética de Kant pode ser identificada com as três primeiras posições. Com efeito, definir a ética de Kant como realista (em sentido forte ou robusto) implicaria em assumir um compromisso teórico que arruinaria a concepção de autonomia. É o caso de colocar valor como uma propriedade ou essência objetivamente existente (na linguagem da metaética contemporânea, afirmar o que se denomina de *fatos morais*) e compreendê-lo como *fundação*. Este é claramente o caso das leituras realistas que tentam colocar a *dignidade como valor absoluto* ou a condição de ser *fim-em-si-mesmo* dos seres humanos como *fundamento* da moral, o que é, no mínimo, altamente polêmico⁷.

7 Refiro-me aqui sobretudo às interpretações de Dieter Schönecker e Elke Schmidt (2018), por um lado, e à de Oliver Sensen (2011), por outro, com relação ao tema da dignidade humana enquanto “fundamento” do dever de respeito. Enquanto Schönecker e Schmidt interpretam dignidade na perspectiva de um realismo moral em Kant, isto é, de um valor absoluto, Sensen argumenta em favor da tese de que a dignidade é uma propriedade relacional e não desempenha um papel fundacional, isto é, não pode ser posta como valor que justifica o mandamento do respeito. Neste sentido, a dignidade seria decorrente de minha obediência ao comando da razão e não a “fonte” de onde eu deduzo o dever de respeitar o outro. Este debate também está relacionado com a análise do valor em Kant, mas uma análise pormenorizada dos argumentos de ambos os

Kant não se enquadra igualmente na tese da superveniência (2), pois além de sequer ser um assunto para ele, esta tese é da metaética contemporânea. Sua posição tampouco pode ser associada à tese dos desejos e inclinações (3), que implicaria em uma teoria do valor de cunho utilitarista e o mesmo vale para perspectiva subjetivista do desejo (5). Quem conhece o texto da GMS deve lembrar que Kant analisará mais tarde, na GMS II, certos aspectos destas duas últimas concepções quando faz as distinções entre o imperativos categóricos e hipotéticos (Ak. 414). Elas não se prestam para assegurar a *validade universal e necessária* dos princípios morais, pois estão ligadas a aspectos empíricos e são, portanto, contingentes.

Horn observa, contudo, que embora se possa inferir uma espécie de humanismo em Kant, no que se refere a determinados aspectos de sua antropologia empírica (satisfação das necessidades e desejos no horizonte da prudência, isto é, dos imperativos hipotéticos). Não obstante esta concessão, no campo da moralidade e no que se refere especificamente à concepção de valor, Kant é decididamente anti-humano, pois enfatiza claramente a impossibilidade de buscar o princípio da moral numa concepção de natureza humana. Com efeito, Kant não deixa margem para dúvidas no argumento apresentado em Ak. 425:

...que não nos passe sequer pela cabeça querer derivar a realidade desse princípio da *particular propriedade da natureza humana*. Pois o dever deve ser uma necessidade da ação praticamente incondicionada; ele tem de valer, pois, para todos os seres racionais (os únicos aos quais se pode de todo aplicar um imperativo) e *só por isso* tem de ser também uma lei para toda vontade humana. O que, ao contrário, é derivado da particular predisposição natural da humanidade, o que é derivado de certos sentimentos e pendor e até mesmo, eventualmente, de uma direção particular que seria própria da razão humana e não teria de valer necessariamente para a vontade de todo o ser racional - <tudo isso> pode, é verdade, vir a dar uma máxima para nós, mas não uma lei; um princípio subjetivo segundo o qual temos pendor e inclinação a poder agir, mas não um princípio objetivo, segundo o qual estaríamos orientados a agir ainda que a isso se opusesse todo nosso pendor, inclinação e constituição natural, de tal sorte que ele prova tanto mais a sublimidade e dignidade intrínseca do mandamento em um dever, quanto menos as causas subjetivas sejam a favor e quanto mais sejam contra, sem por isso, porém, enfraquecer no mínimo que seja a necessidade pela lei e sem nada subtrair à sua validade.

Deste modo, a perspectiva de Kant pode em alguma medida se aproximar da posição de número “6”, isto é, a teoria imperativista. Um ato instituidor

imperativo é propriamente aquilo que dá origem ao valor moral em Kant. A noção de valor não é posta antes, isto é, como fundamento da validade da lei moral e do dever mas, pelo contrário, é *decorrente* da lei moral e do imperativo categórico. Esta interpretação, todavia, é contestada pelos intérpretes kantianos que afirmam um realismo moral robusto em Kant⁸.

A partir desta breve caracterização das principais abordagens sobre o valor no campo da ética e de uma identificação preliminar da posição de Kant, penso que já temos elementos suficientes em mente para cotejar agora as principais referências do próprio Kant sobre o valor feitas na *GMS I*.

2. Valor moral na *GMS I*

Nesta seção, analisarei três passagens que considero mais importantes para compreendermos a definição de valor moral na primeira parte da *Fundamentação*: a) o valor da vontade irrestritamente boa (Ak, 393-395); b) o valor das ações *por dever* e em *conformidade com o dever* (Ak, 397-399); e c) o valor de uma ação não está no efeito que ela produz, mas na “máxima segundo a qual é decidida” ou “no princípio que a determina” (Ak, 399-401).

a) O valor da vontade irrestritamente boa

Na primeira seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (GMS I), Kant inicia sua argumentação, como sabemos, analisando o que poderia ser considerado como *irrestritamente (ohne Einschränkung) bom* por oposição ao que pode ser considerado bom, mas não sempre e necessariamente bom (bom em sentido limitado ou relativo). Irrestritamente boa é apenas a *boa vontade*. *Dons da natureza* (talentos e capacidades mentais e do temperamento) e *dons da fortuna* (poder, riqueza, saúde) também são bons, mas apenas em sentido limitado, pois podem ser empregados para toda sorte de finalidades. Daí que Kant compreenda como imprescindível uma vontade boa operando na condução e uso destes dons e qualidades. Dito de modo breve, tais qualidades e capacidades têm um *valor* embora não absoluto (elas são boas em sentido restrito) e podem ajudar muito a boa vontade, mas somente esta última tem um “valor intrínseco incondicional” (Ak. 394).

Mas não seriam a *moderação*, o *autodomínio* e a *sóbria deliberação* qualidades que consideramos valiosas em si mesmas, isto é, de modo irrestrito e absoluto em uma pessoa? A resposta de Kant é negativa. Mas por quais

razões? Por que elas são qualidades valiosas mas com restrição? O argumento de Kant transcorre no sentido de demonstrar que elas podem até “constituir uma parte do valor *intrínseco* da pessoa” e, mesmo reconhecendo que foram apreciadas e enaltecidas pelos antigos, ele entende que não podem ser boas irrestritamente, pois podem também ser empregadas para causar o mal, isto é, quando não são guiadas pelos *princípios* da boa vontade. Como exemplo disso é mencionada a figura do “malfeitor” cuja cautela e “sangue frio” o tornam ainda mais “perigoso” e também mais “abominável” (Ak., 394). Depois de examinar o valor dessas qualidades Kant conclui que o que define a bondade irrestrita da boa vontade não são os efeitos ou consequências que ela pode produzir, mas unicamente o querer é aquilo pelo que ela se qualifica. Kant conclui este parágrafo considerando que ela (a boa vontade) tem seu “pleno valor em si mesma” e, novamente, “a utilidade ou falta de frutos nada podem adicionar ou subtrair a esse valor” (Ak., 394). Ao final de Ak. 394 ele refere-se novamente à “ideia do valor absoluto da mera vontade”, para preparar o próximo argumento em que examina a presença da razão em nossas disposições naturais e, portanto, a relação da razão com a vontade.

Neste contexto já se pode colocar a pergunta: qual papel desempenha a noção de valor a partir desta primeira definição? Primeiro, é preciso considerar que o objetivo de Kant aqui é contrastar duas perspectivas sobre o que é bom. O que é bom *como meio* tem uma bondade meramente condicionada a certos aspectos como utilidade, efeito produzido ou aptidão para alguma outra coisa: é uma bondade com certas restrições. Exemplos disso são os dons da natureza e os dons da fortuna: eles não são bons em si mesmos ou de modo absoluto. Eles são bons como meio para alguma outra coisa. Como vimos, unicamente a boa vontade é boa em sentido pleno e, portanto, sem restrição. É uma vontade perfeitamente boa. Ela não é boa por que serve para outra coisa enquanto meio, mas porque é valiosa em si mesma.

Neste contexto, cabe destacar ainda que a boa vontade “não é um valor, mas *tem* um valor”, como bem observa Klemme⁹. São duas coisas muito distintas. Mas, mesmo assim, a explicação de Kant sobre a boa vontade permanece em alguma medida insatisfatória.

A partir da análise sobre a boa vontade obtemos muito pouco para compreender a questão do valor e, deste modo, não temos elementos suficientes para uma compreensão adequada e coerente deste tema em Kant. Porém, pelo menos, já temos uma primeira pista sobre como o filósofo vai trabalhar com

este conceito. Por isso mesmo é necessário esmiuçar ainda um pouco mais o texto da GMS I, pois Kant oferece mais algumas definições que podem dar suporte para ampliar nossa compreensão. Na sequência, prossigo a partir da segunda caracterização apresentada por Kant.

b) O valor das ações por dever e conformes ao dever (Ak, 397-399)

O segundo momento mais importante na argumentação de Kant na GMS I em que Kant faz uso do conceito de valor moral será no contexto do exame do conceito de dever, e, portanto, na distinção das *ações em conformidade com o dever* e *ações por dever*, a partir de Ak. 397. Ações contrárias ao dever não possuem relevância para as análises de Kant neste contexto e, em termos morais, têm no melhor dos casos apenas um valor negativo (ausência de valor moral), assim como poderiam servir unicamente como exemplos sobre como não se deve agir.

O filósofo recorre a três exemplos já bastante citados e conhecidos. O primeiro é o caso do *comerciante* que não cobra preços abusivos de seus clientes, mas que nem por isso age por um princípio de honestidade e sim motivado pelo interesse e pelo proveito próprio: é uma ação *conforme ao dever* mas não tem qualquer *valor moral*. O que isso significa exatamente e como deve ser compreendida esta definição é o que pretendo responder na sequência. O segundo exemplo citado por Kant é o caso da *preservação da própria vida*. Além de ser um dever, cuidar da própria vida é uma inclinação natural, presente em todos os seres humanos. Então de alguma forma já fazemos isso por instinto. Não há nada aí de “valor intrínseco”, assim afirma Kant e também nenhum “teor moral na máxima” (Ak. 397-398). Quando, pelo contrário, alguém que em face dos desgostos e do sofrimento, desejaria a morte e, todavia, “conserva-a mesmo sem amá-la, não por inclinação ou por medo, mas por dever, aí então sua máxima tem um teor moral” (Ak. 398). O terceiro exemplo mencionado por Kant é o da *caridade*. De modo análogo ao caso de preservar a vida, praticar a caridade é também um dever. No entanto pode ser que alguém a pratique não por recompensa ou interesse, mas por sentir um deleite ou satisfação em fazê-lo, ou seja, com inclinação. Kant reitera que, “por mais amável e conforme ao dever” que seja a referida ação, ela não tem *valor moral*, pois embora espalhe contentamento naqueles que são ajudados, ela coincide *apenas acidentalmente* com aquilo que se espera, isto é com o dever. Cabe notar: ela não tem valor moral, mas é uma ação, nas palavras do próprio Kant, “digna de honra, merece louvor e incentivo, mas não a *alta estima*”. Mas por que razão? O complemento no argumento de Kant é de que falta o que é essencial, isto é, “falta à máxima

o *teor moral*, a saber, fazer semelhantes ações não por inclinação, mas, sim, por dever” (Ak. 398, grifos meus).

Cabe perguntar aqui: por que louvor e incentivo podem servir para encorajar o cumprimento do dever em conformidade com o dever se o moralmente valioso é *agir por dever*? Kant está dizendo com isso que não está errado e não é moralmente condenável agir em conformidade com o dever. E isso deve ser incentivado pois pode com o tempo se tornar uma prática prudente no agente. Dito de outro modo, conformidade com o dever é algo bom¹⁰, mas não perfeitamente bom (em sentido moral), por isso não merece a *alta estima*. O problema da mera *conformidade com o dever* e também da ação em conformidade com o dever acompanhada da presença do interesse ou da inclinação é, portanto, simplesmente a ausência de *teor moral*.

Para o filósofo, o “genuíno valor moral” da ação reside, portanto, exclusivamente no fato de ela ter sido praticada *por dever*. Para ilustrar sua argumentação, Kant menciona também o caso do indivíduo de coração frio e insensível aos sofrimentos alheios que, no entanto, *pratica a solidariedade unicamente por dever*. De acordo com Kant, é precisamente aí que “começa o valor do caráter” de um homem, o qual é “<um valor> moral” que é “sem comparação o mais alto”, isto é, quando o indivíduo faz o bem “não por inclinação, mas *por dever* (Ak. 398-399, p. 121). Ora, mas o que é o caráter para Kant? Por que razão Kant o insere neste contexto para referir-se ao seu valor? Cabe notar que ele não define de modo claro nesta seção e talvez nem mesmo ao longo de toda a GMS o que entende por “caráter”. Em todo caso, na *Antropologia* nós encontramos uma distinção que pode ser esclarecedora: o caráter do ser humano pode ser compreendido como físico, isto é, considerando-se sua constituição natural ou “aquilo que a natureza faz do homem”; mas o caráter pode ser também entendido como “caráter moral”. Este último se refere à sua constituição racional ou inteligível, isto é, enquanto ser livre e, portanto, ao que ele faz de si mesmo. “Tem caráter o homem de princípios, de quem se sabe seguramente que se pode contar, não com seu instinto, mas com sua vontade”, assim argumenta Kant (ApH, 285). E que vontade é esta à qual Kant se refere? Não pode ser outra que a *vontade boa*, em sentido moral, ou a vontade enquanto razão prática, que é analisada no início da *Fundamentação*.

10 Wood é enfático neste ponto, quando responde à pergunta “o que é o autêntico valor moral?”, em sua obra *Kantian Ethics*: “Obviously Kant does not mean that only actions done from duty are approved by morality or have any value at all from the moral point of view. If an action is in conformity with duty *pflichtmäßig*, then it merits moral approval and hence clearly has value from the moral standpoint” (Wood, 2008, p. 27).

“O ser humano consciente de um caráter em sua índole não recebe este caráter da natureza, mas precisa sempre tê-lo *adquirido*” (ApH, 294).

É precisamente relacionado a este contexto, isto é, ao das ações por dever e conformes ao dever que Schiller se volta contra a concepção de Kant por entendê-la como demasiado rigorosa e escreve ironicamente nos versos das *Xênias*¹¹ (299):

Escrúpulos da consciência:

Com prazer eu sirvo meus amigos, faço-o porém com inclinação,
E assim incomoda-me com frequência a questão de que eu não seja virtuoso.

Resposta:

Aí não há outro conselho;

Você tem que procurar desprezá-los e, com aversão, fazer justamente então aquilo que o dever comanda.

Em seu famoso comentário sobre o imperativo categórico, Paton¹² já havia chamado a atenção para esse mal-entendido de Schiller. É uma crítica essencialmente inconsistente por parte do poeta ao filósofo, pois conduz à falsa inferência (paradoxal) de que para realizar o dever *por dever* é preciso *não desejar* o dever (pois desejar já seria agir com inclinação), ou mesmo ser contrário a ele. Este definitivamente não é o caso. Seria uma interpretação grosseira e equivocada do argumento kantiano¹³. Efetivamente podemos agir com motivos pessoais (inclinação ou interesse) em determinadas situações no cumprimento do dever. Isso não quer dizer que a ação se torna maléfica ou perversa. Se ela foi executada em conformidade com o dever, novamente, mesmo contendo interesse na motivação, ela permanece digna de honra e merece louvor. Ela apenas não tem o teor moral necessário para ser considerada como ação moralmente valiosa.

Esta tentativa de Schiller de ridicularizar Kant em sua análise das ações por dever e conforme ao dever foi objeto de análise de vários outros intérpretes

11 „Gewissenskruppel: Gerne dien ich den Freunden, doch tu ich es leider mit Neigung, Und so wurmt es mir oft, daß ich nicht tugendhaft bin. Decisum Da ist kein anderer Rat; du mußt suchen, sie zu verachten, Und mit Abscheu alsdann tun, wie die Pflicht dir gebet“ (Xenien, 299).

12 Paton, 1948, p. 48.

13 A este respeito, estou de acordo com Wood, quando observa que os leitores mais apressados distorcem o sentido do texto kantiano: “They think Kantian ethics must be positively hostile to all natural desires, feelings, and emotions, because it bestows moral approval only on people whose orientation to life is characterized by an unhealthy detachment from this side of their nature. These conclusions, combined with similar invidious readings of other points of Kantian doctrine, rapidly congeal into a familiar if unlovely picture. The Kantian moral agent is a self-alienated person rent by an unbridgeable gulf between the supernatural noumenal self and the contemptible empirical self. [...] There is little wonder that those who see Kantian ethics only in these terms regard it with a kind of horror. Or at best they may see Kantian ethics as expressing a limited truth, but in a monstrously exaggerated form” (Wood, 2008, pp. 24-25).

da obra de Kant. De modo semelhante a Paton, também eles observaram a este respeito que a crítica schilleriana é “imerecida”¹⁴ por parte de Kant e altamente “equivocada”¹⁵. O ponto para o qual Kant quer chamar a atenção é que, embora nosso interesse ou inclinação possam estar presentes na ação, não é isso o que mais importa e, portanto, não é isso que confere o “teor moral” à ação.

Como muitos comentaristas apontaram, Kant não está afirmando que nossas ações só têm valor moral se não quisermos fazê-las. O que ele está afirmando é que a questão de saber se queremos fazer o que devemos é irrelevante quando estamos considerando se essas ações têm algum valor moral. Mesmo quando queremos fazer o que devemos fazer, nossas ações só têm valor moral quando são realizadas pelo motivo do dever.¹⁶

A consequência mais clara da distinção feita por Kant entre as ações praticadas por dever e em conformidade com o dever é que a benevolência praticada com inclinação, embora seja digna de honra, apreço e inclusive enconrajamento, *não tem valor moral* e, por isso mesmo, ações como a de tratar bem os amigos – não por dever, mas com inclinação – como no exemplo de Schiller, por mais corretas ou virtuosas que sejam consideradas, podem ser avaliadas, em última análise, como ações para quem a moral é, em última instância, indiferente. Isso quer dizer também que pode haver uma “feliz coincidência” (sorte moral, na terminologia atual), uma combinação de fatores externos e internos para o agente, como observou Herman:

motivos não morais podem muito bem levar a ações conforme o dever, e podem fazer isso com qualquer grau de regularidade desejado. O problema é que as ações conforme o dever são o produto de um alinhamento fortuito de motivos e circunstâncias. As pessoas que agem de acordo com o dever por tais motivos podem, no entanto, permanecer moralmente indiferentes¹⁷.

Não se trata, portanto, de uma *desaprovação moral* sobre este tipo de ação por parte de Kant, como já foi dito. Kant apenas enfatiza que, devido à mistura ou impureza nos motivos, servir aos amigos com gosto e inclinação não faz nada de extraordinário. É uma ação correta, moralmente permitida e segue merecendo apreço. Mas não a “alta estima”, isto é, não é valiosa moralmente. É o mesmo caso do filantropo que deseja fazer o bem às pessoas e, portanto, espalhar felicidade. Concordo com o argumento de Stratton-Lake, quando diz que “Kant não está afirmando que espalhar a felicidade é algo sem valor

14 Stratton-Lake, 2000, p. 93.

15 Sedgwick, 2008, p. 67.

16 Stratton-Lake, 2000, p. 93.

17 Herman, 1996, p. 6.

algun...Tudo o que ele recusa é que isso tenha uma forma distintiva do valor – isto é, valor *moral*.”¹⁸

Outra consequência importante que se constata a partir desta definição do valor moral é que é falsa a interpretação, de inspiração schilleriana, de que a vontade é boa “somente se ela se opõe à inclinação”, como argumenta Sedgwick¹⁹. Kant sustenta apenas que a inclinação não confere valor à ação, pois não é um elemento objetivo, embora faça parte do que chamamos de natureza humana.

Com esta segunda definição do valor, já chegamos a dois significados do que Kant define como valor moral, sobretudo analisando o contexto de argumentação em que ele emprega este conceito. Mas esta segunda definição, mesmo que seja somada à primeira, ainda não esgota o que Kant afirma sobre o valor e, por isso, nossa compreensão permanece insuficiente. Na *GMS I*, há uma terceira passagem que introduz um novo elemento que merece ser considerado: a definição do valor por meio da máxima enquanto princípio de ação.

c) o valor de uma ação não está no efeito que ela produz, mas na “máxima segundo a qual é decidida” ou “no princípio que a determina”.

Como já foi dito, Kant não é um consequencialista ou utilitarista em filosofia moral. Logo, não é o resultado da ação que interessa para o ajuizamento moral. Se assim fosse, o caso do filantropo que quer espalhar alegria estaria moralmente resolvido, isto é, sua ação teria valor moral, pouco importando se feita com inclinação, apenas em conformidade com o dever ou por dever. Na *segunda proposição* sobre o conceito de dever, situada no final de IV, 399 e início de IV, 400, Kant apresenta um novo elemento para sua concepção de valor moral. É precisamente o conceito de máxima, enquanto princípio do querer que deve ser levado em conta para o ajuizamento moral. Nas palavras de Kant:

uma ação por dever tem seu valor moral *não no intuito* a ser alcançado através dela, mas, sim, na máxima segundo a qual é decidida, logo não depende da realização efetiva do objeto da ação, mas meramente do *princípio do querer*, segundo o qual a ação aconteceu, abstração feita de todos os objetos da faculdade apetitiva. Que os intuítos que possamos ter por ocasião de <nossas> ações, e os seus efeitos, enquanto fins e molas propulsoras da vontade, não possam conferir às ações qualquer valor incondicionado e moral, ficou claro a partir do que foi dito acima. Onde, pois, pode residir esse valor se ele não deve estar na vontade em relação com o esperado efeito

18 Stratton-Lake, 2000, p. 94.

19 Sedgwick, 2008, p. 67.

delas? Ele não pode estar em outro lugar *senão no princípio da vontade*, abstração feita dos fins que possam ser efetuados por tal ação... (IV, 399-400).

É importante notar que Kant emprega por duas vezes a expressão “... *unangesehen aller Gegenstände des Begehrungsvermögens*...” e “... *unangesehen der Zwecke, die durch solche Handlung bewirkt werden können*...”²⁰. Em português o termo “unangesehen” (não visto, ignorado, não considerado) foi traduzido como “abstração feita de...”, mas o sentido do termo poderia ser interpretado como indicando o mesmo que “abgesehen”, isto é “independentemente de todos os objetos da faculdade de desejar”, no primeiro caso e “independentemente dos fins que podem ser efetuados por tal ação”. Dito de modo breve: o valor moral é considerado não se levando em consideração o resultado, mas segundo um elemento que lhe é anterior (e neste sentido também independente), ou seja, por meio da abstração, de uma ignorância ou indiferença em relação ao efeito da ação ou ao objeto da faculdade de desejar, *i.e.*, unicamente pela máxima da ação.

Kant corrobora esta definição de que é *o princípio* que confere valor à ação também mais tarde na GMS II: “quando se trata do valor moral, o que importa, não é a ação, que a gente vê, mas aqueles princípios íntimos da mesma, que a gente não vê” (Ak. 407, p. 163)²¹. Aqui alguém poderia simplesmente objetar: mas justamente se não podemos ver, como poderemos saber? Esta pergunta estaria extremamente equivocada na medida em que pressupõe que para o discernimento (tarefa eminentemente intelectual) os sentidos (neste caso a visão) seriam absolutamente indispensáveis.

A definição de valor apresentada por Kant nestas passagens é de suma importância: o valor moral está na máxima, isto é, no princípio que orienta a ação. Máxima, como sabemos, é um princípio subjetivo do querer e, como tal, é um tipo de princípio que precisa ser submetido ao exame proposto nas fórmulas do imperativo categórico. Nota-se, portanto, que não se trata de qualquer tipo de ação, nem de qualquer tipo de princípio, nem mesmo de uma ação isolada

20 Em seu comentário à *Fundamentação*, Sedgwick também chamou a atenção para a ênfase de Kant na “abstração feita de todos os objetos da faculdade de desejar”. “The last ten words here are crucial: a good will is not motivated by objects of the faculty of desire. Its worth does not lie in the “hoped for” or expected” realization of these objects. Its motivation does not derive, then, from its empirical nature; it is governed by something other than what Kant in this paragraph refers to as “a posteriori” or “material” incentives. A good will acts to realize some end, but the principle that determines it to act is “formal” or “a priori” rather than material or empirical” (2008, p. 73).

21 De imediato, nesta passagem, Kant deixa o leitor ainda não familiarizado com sua terminologia um tanto perplexo, por afirmar justamente que o *valor moral* que atribuímos às ações não está no que vemos, mas em princípios, que não vemos. Ora, como é possível julgarmos, se nos falta o elemento essencial para determinar a bondade ou maldade da ação? A posição de Kant sobre esta aparente impossibilidade fica clara ao longo da leitura da obra e particularmente na Terceira Seção da *Fundamentação*.

do agente. Afirmar que o valor está na máxima significa pensar esta máxima já qualificada, isto é, com “teor moral”, ou moralmente aprovada. Dito de outro modo, trata-se de uma máxima que passou pelo exame e, portanto, serve de princípio universal²².

A este respeito, Baron²³ também chamou a atenção em sua leitura sobre a concepção kantiana do dever: talvez seja mais fácil aos leitores a compreensão da parte negativa desta afirmação de Kant, isto é, de que o valor moral não está no objetivo ou resultado da ação. Porém, talvez a parte mais difícil seja compreender o que significa a tese de Kant de que o valor moral está “na máxima segundo a qual a ação é decidida”. De acordo com a interpretação de Baron, na medida em que máximas “guiam a conduta” e, portanto, “não são simplesmente relacionadas ou ligadas às ações individuais”, parece ser muito mais “natural que se atribua o valor moral à conduta e não propriamente a ações isoladas”. Outra confusão muito comum é interpretar a afirmação de Kant no sentido de que o valor moral da ação não está no efeito, mas no *motivo* da ação. Esta inferência de que o valor moral reside no “motivo” da ação é equivocada segundo Baron,²⁴ pois o termo contém uma ambiguidade, na medida em que pode sugerir que, internamente, o sujeito agente seja movido ou impelido a agir, sem deixar claro se o que o move é um impulso sensível ou o “sentimento de respeito”, sentimento que não é patológico, mas que é autoproduzido pela razão. A expressão “agir pelo motivo do dever” causa, por isso mesmo, muita confusão nos leitores. Baron argumenta que devemos mudar de perspectiva e nos referirmos à tese de que o “valor reside na máxima”. Deste modo podemos evitar toda essa confusão.

22 Neste ponto eu chamaria a atenção para uma observação de Timmerman (2009, p. 49, nota 11), quando se refere a uma distinção entre valor moral e conteúdo moral, o primeiro referindo-se às ações e o segundo apenas às máximas. De acordo com ele, “Actions have moral *worth*, maxims possess moral *content*. Kant does not use these expressions interchangeably, though they are of course related. Only actions that result from such maxims – from an unconditional commitment to performing acts that are commanded by morality, not from inclination but from duty (G IV 398) – are morally valuable.” Minha questão aqui é que Timmermann não especifica nesta sua observação se por “máxima” trata-se aqui de uma máxima *ainda não qualificada ou apta* enquanto princípio, o que me parece ser o caso, ou se é uma máxima *já qualificada como princípio de ação*. Ora, argumento de Kant evidencia que uma máxima pode ter (ou não) *valor moral*. É claro que ele também fala de “teor moral”, como me referi acima. Mas esta distinção (valor está para ação e conteúdo para a máxima) não está no texto de Kant. Então, este ponto de vista de Timmerman, na minha opinião, não está totalmente de acordo com o texto kantiano e também vai na contramão, por exemplo, do que Baron argumenta (que considero na sequência do texto).

23 Baron, 2006, p. 88.

24 “The mistake of thinking that moral worth lies in the motive is pernicious, because the word ‘motive’ carries some theoretical (roughly, empiricist) baggage: it suggests a moving force that impels the agent so to act. This is, of course, quite far from Kant’s view of agency, but even those of us who are fully aware of that may still be laboring with a distorting image when we speak of ‘acting from duty’ (or especially, ‘acting from the motive of duty’)” (Baron, 2006, p. 88).

3. Recepção da questão do valor moral em Kant: algumas abordagens

A recepção do tema do valor moral em Kant não é uma novidade dos tempos recentes. Ao contrário, este problema foi analisado por vários estudiosos de Kant. Não tenho condições de citar todos os estudos aqui, tampouco de analisar argumento por argumento em cada um dos autores citados, mas esboçarei, a título de excurso, um pequeno panorama de algumas discussões. Uma análise mais abrangente e minuciosa dos trabalhos de cada um destes autores permanece como possibilidade para outros trabalhos no futuro.

Um dos debates mais conhecidos em torno da questão do valor em Kant é o de Herman²⁵ e Henson²⁶. O problema consiste no fato de que, se apenas *ações por dever* têm valor moral, então ações praticadas por motivos *não morais* não têm valor moral algum. A posição de Henson é de que, se há um motivo moral *suficiente* para produzir a ação, ainda que outros motivos não morais estejam presentes, a ação teria mesmo assim valor moral. Nesta perspectiva, possivelmente o problema colocado por Schiller não seria apenas um falso problema, como parece ser o caso, mas não seria nenhum problema em absoluto. Este é o argumento de abertura do texto de Henson:

Eu distingo entre duas coisas que Kant poderia ter em mente sob o título de valor moral. Elas vêm prontamente à mente quando alguém tanto leva em conta o que ele realmente disse sobre isso quanto percebe um fato que ele pareceu não notar: a saber, aquela ação obediente – ação que, qualquer que seja seu motivo, cumpre um dever – pode ser sobredeterminada e determinada em particular pelo respeito ao dever e algum consórcio de inclinações e prudência.²⁷

Henson defende a chamada *tese da sobredeterminação* e, além disso, também propõe que consideremos não apenas os argumentos de Kant na *Fundamentação*, mas também elementos da *Doutrina da Virtude*, para considerar o valor moral. De modo resumido, para Henson, temos na *Fundamentação* o que ele chama de modelo “battle-citation”, que evidencia uma verdadeira disputa entre dever e inclinação, de onde o valor promanaria da vitória do dever sobre as inclinações. Em contrapartida, na *Doutrina da Virtude*, teríamos o chamado modelo “fitness-report”²⁸, que sustenta que a ação tem valor desde

25 O trabalho de Herman “On the value of acting from the motive of duty” foi originalmente publicado em 1981, posteriormente incorporado no livro *The practice of moral judgment*, publicado em 1993.

26 “What Kant might have said: moral worth and the overdetermination of dutiful action”, *Philosophical Review*, Nr. 88, 1979. Por razões de espaço, não posso reconstruir todo o debate em seus pormenores aqui. No entanto, esta reconstrução minuciosa será com certeza levada a cabo na execução da pesquisa.

27 Henson, 1979, p. 39.

28 “... the battle-citation model is prominent in the Foundations, while the fitness-report model dominates the Metaphysic of Morals”. Henson, 1979, p. 51.

que o respeito pelo dever esteja presente e tenha sido suficiente para motivar, embora também outros motivos pudessem ter a mesma força motivacional.

Herman questiona esta tese, mas se vê igualmente diante da exigência de oferecer uma resposta ao problema: como ficam aquelas ações em cuja base, além do motivo do dever, estão concomitantemente presentes outros motivos *não morais*? Notadamente também este é um dos problemas que divide os intérpretes: enquanto alguns entendem que a mera presença de outros elementos não morais motivantes da ação eliminam o seu valor moral, outros entendem que o que importa é se ela foi realizada por dever.

De acordo com Herman, para dar conta desta questão, é preciso esclarecer o que Kant quer dizer propriamente, ao se referir à boa vontade em Ak. 397, como estando ela “sob certas restrições e obstáculos subjetivos”. A compreensão disso é crucial para atribuímos ou não *valor moral* à ação. Neste sentido, ela lembra igualmente que Kant não analisou o aspecto da *sobredeterminação* (*overdetermination*) de motivos na ação e que, talvez por isso, haja na recepção da ética kantiana uma abordagem, digamos, “mais ortodoxa” alinhada ao texto kantiano, que defende a tese de que a presença de qualquer outro elemento não moral na ação elimina *por completo* o seu valor moral.

Herman adota uma posição oposta à de Henson, sustentando que o valor moral da ação só pode ser considerado na medida em que a motivação moral, não importa o quão conflitantes sejam os motivos no interior do agente, seja dada pelo dever. Para ser moralmente valiosa, a ação requer apenas que o motivo moral seja *efetivo* e a *causa original* da ação. A tese da sobredeterminação, portanto, é insustentável para Herman.

Mas a leitura de Herman também parece problemática para outros intérpretes kantianos. Com efeito, Ameriks chamou a atenção para um dos problemas que residem nesta tese de Herman. Para ele, trata-se praticamente de problema de natureza semelhante àquele pelo qual ela critica a posição de Henson: o fato de haver espaço aí para se postular a contingência dos elementos motivantes ou a sorte moral (*moral luck*)²⁹. Neste contexto temos outro elemento de suma importância para considerar o valor da ação: Johnson³⁰ chamou isso de condição não accidental: “a dutiful action is morally worthy only if its motive does not lead to the action by mere accident”. Também para Allison, tanto a visão de Henson quanto a de Herman padecem de uma lacuna,

29 Ameriks, 2000, p. 57.

30 Johnson, 1996, pp. 148-149. Citado também por Satne, 2013, p. 8.

pelo fato de não levarem em conta a teoria da agência de Kant, isto é, por não estarem “conectadas com a questão de *como* motivos motivam”³¹.

Korsgaard estabelece um paralelo entre a função que o “valor moral” ou a classificação “por dever” desempenha na ética de Kant com a nobreza (*nobility*) em Aristóteles. Segundo ela, “não se trata de um propósito alternativo que nós temos em nossas ações, mas refere-se à caracterização de um tipo específico de valor que uma certa ação executada em função de um certo fim que podemos ter”³². E, adiante, considera ainda que Aristóteles e Kant teriam em comum o fato de considerarem que “objetos de escolha são ações, atos realizados com vistas a certos fins” e que, nesta medida, ambos consideram ações como “portadoras de valores” e o “valor moral, isto é, o cumprimento do dever ou a nobreza, é uma propriedade interna às ações”³³.

Dieter Schönecker e Elke Schmidt (2018) apresentam duas vertentes de crítica: primeiro, eles argumentam contra as leituras de Sensen e de outros revisionistas. De acordo com Schönecker e Schmidt, para Sensen e os revisionistas a expressão “tem valor” teria o mesmo significado que “deveria ser valorizado”. Assim, para ambos, Sensen e os revisionistas, os conceitos de *valor absoluto* e de *dignidade* são dispensáveis. Contra ambas as tendências, Schönecker e Schmidt argumentam em bases textuais – a partir da *GMS* e da *Doutrina da Virtude* – que a tese fundamental de Kant é que a dignidade como um valor absoluto é o fundamento do imperativo categórico e, portanto, o fundamento do dever de respeito; Schönecker e Schmidt chamam isso de tese basilar (“Kant’s Ground-thesis”) de Kant. Para ambos, Kant deve ser claramente entendido como um *realista moral*. Além disso, para Schönecker e Schmidt, o ônus da prova permanece do lado *revisionista* e *construtivista*. Esta polêmica, ao que parece, ainda persite.

Outra perspectiva de abordagem, bem distinta das acima mencionadas em face do tema do valor moral em Kant, é adotada por Bader, em sua contribuição para o *The Oxford Handbook of Value Theory*. Bader se refere a um dualismo de valor na axiologia kantiana. De acordo com a abordagem de Bader, de um lado, Kant estabelece teses sobre o *valor moral* (incondicional) e, de outro, teses sobre o *valor prudencial* (condicional)³⁴. Por esta via, seria possível conceder um valor apenas *prudencial* no caso de ações efetuadas por simpatia ou amizade (ações que estariam comprometidas com a felicidade do agente), por exemplo,

31 Allison, 1990, p. 116.

32 Korsgaard, 2009, p. 11.

33 Korsgaard, 2009, p. 18.

34 Bader, 2015, p. 176 e seguintes.

reservando o valor moral incondicional apenas para aquelas realizadas por dever, tal como de fato o próprio texto kantiano deixa claro. No entanto, a tese de Bader parece-me problemática, na medida em que pressupõe tacitamente a *necessidade*, sem uma justificação mais detalhada, de uma axiologia para a fundamentação do princípio da moralidade em Kant. Ora, é justamente esta pressuposição que precisa ser minuciosamente analisada, mas Bader não o faz.

Em seus estudos mais recentes sobre o tema do valor Schönrich (2013 e 2020)³⁵ reconhece o mérito do trabalho de Sensen no que se refere à interpretação do tema do valor relacionado ao tema da dignidade, mas, ao mesmo tempo, observa que Sensen não reconstruiu adequadamente a teoria do valor em Kant (pp. 325-326). Não basta argumentar, como lembra, Schönrich que valor é aquilo que deve ser incondicionalmente apreciado segundo a lei moral. Ainda que esta tese esteja correta, permanece não respondida a questão do que seria apreciar algo de modo incondicional com base na filosofia kantiana. Além disso, Schönrich observa que, fundamentalmente, não há uma teoria explícita do valor moral em Kant mas também que, não obstante este fato, é possível reconstruir o que poderia ser uma teoria do valor em Kant a partir das passagens nas quais Kant se refere ao tema. Schönrich argumenta em favor do que ele denomina de uma *teoria do valor da atitude de ajuste* (*fitting-attitude theory of value*). Valores para Kant seriam, neste sentido, dependentes de pró-attitudes. Na terminologia especificamente kantiana, esta pró-atitude seria o *Wohlgefallen*, isto é, comprazimento ou satisfação. De acordo com Schönrich, a ideia seria a de que aquilo que é valioso (*Wertvoll*) ou bom é um objeto em relação ao qual o sujeito assumiria “uma atitude positiva de favorecer, apreciar, aprovar etc.” (p. 326), que poderia ser traduzida na tomada de uma pró-atitude. O contrário deste posicionamento, isto é, o desprezo, desaprovação etc., serviria para compreender a contra-atitude. No entanto, precisamente neste ponto, é necessário caracterizar o que são exatamente tais pró-attitudes no pensamento de Kant. Para tanto, é indispensável que se analise o conceito de interesse.

4. Considerações finais

O conceito de valor moral tem uma função no âmbito da *GMS I* de servir como referência para as explicações de Kant sobre o que é moralmente bom. Para explicitar esta noção, procurei destacar e analisar três momentos no

35 Schönrich, G. “Kants Werttheorie? Versuch einer Rekonstruktion”. *Kant-Studien*, 104 (3), 2013, pp. 321-345; “Kant’s Theory of dignity: a Fitting-Attitude Analysis of a Value”. In: Kato, Y.; Schönrich, G. *Kant’s Concept of Dignity*. Berlin: De Gruyter, 2020. pp. 49-72.

interior desta Seção: a) o valor da vontade irrestritamente boa (Ak, 393-395); b) o valor das ações *por dever* e em *conformidade com o dever* (Ak, 397-399); e c) o valor de uma ação não está no efeito que ela produz, mas na “máxima segundo a qual é decidida” ou “no princípio que a determina” (Ak, 399-401).

Por meio de definições heterogêneas e empregos do termo valor acompanhados de outros qualificadores, o texto de Kant esconde uma série de dificuldades e divide as interpretações. Talvez, uma das poucas ideias que sejam consenso entre os comentadores seja a de que o termo valioso refere-se ao moralmente bom e vice-versa. Isso vale para a definição do valor irrestritamente bom da boa vontade, para indicar o teor moral da ação realizada por dever e designá-la como digna de alta estima e, igualmente, para estabelecer o critério do ajuizamento moral das ações, isto é, o valor das máximas. Estas três definições podem não esgotar o sentido que Kant confere ao conceito. De fato, ele ainda falará sobre o valor ao longo das outras seções da *Fundamentação*, assim como nas demais obras de filosofia prática. No entanto, fica claro já a partir desta seção que o bom enquanto moralmente valioso está acima do bom enquanto meio, do bom enquanto útil para outra coisa.

Valor moral, enquanto termo indicador da bondade de uma ação, isenta de interesses ou inclinações, é *decorrente* da deliberação moral, isto é, do respeito que o agente racional demonstra na obediência ao comando da sua própria razão. Dito de outro modo, tem valor moral aquilo que promove os interesses da razão³⁶. Enquanto tal, ele revela uma qualidade específica de um determinado tipo de ação, ou seja, ações por dever, sem nenhuma mescla de motivos sensíveis ou interesses. Este é o sentido genuíno do que Kant concebe como autonomia moral. Ações em mera conformidade com o dever, com a presença concomitante do interesse ou de alguma inclinação, obviamente *não são reprováveis*, pois podem ser consideradas como valores prudenciais. E, como vimos, tais ações podem inclusive ser apenas fruto de uma coincidência ou casualidade benigna, quando o agente realizou o moralmente esperado (tratar bem outra pessoa), mas de modo interessado ou por inclinação. Estas considerações respondem portanto às perguntas colocadas no início deste

36 Raedler (2015), com uma obra dedicada precisamente ao tema dos “interesses da razão”, desenvolve no sexto capítulo do livro uma interpretação bastante plausível sobre o tema do valor moral. Raedler defende a tese de que o valor ou o objetivamente bom é aquilo que satisfaz os interesses da razão. Para ele, os interesses da razão são o cerne da teoria do valor em Kant. Para defender sua tese, ele examina a definição de disposições naturais, das quais destaca a *personalidade* como sendo fundamental para sermos considerados como fins-em-si, isto é, como seres aos quais temos de atribuir valor, independentemente dos interesses contingentes que possamos ter. Raedler ampara seu estudo fundamentalmente na *Kritik der praktischen Vernunft* e nos dois pilares fundamentais: o fato da razão e o sumo bem. Deste modo, coloca-se contra a interpretação de vários kantianos que, amparados na *Grundlegung*, defendem a tese de que a única coisa que possui um valor incondicional é a boa vontade.

ensaio, ou seja, “o que Kant entende afinal por valor moral?” e “o que significa a afirmação na *GMS I* de que apenas as ações por dever possuem valor moral?”.

Em relação ao que afirmei acima, considero que não há nada de polêmico e que os leitores de Kant não têm dificuldade de compreender. No entanto, quanto às duas outras perguntas, isto é, “se o conceito de valor moral tem um papel na ética de Kant, seria este um papel fundacional, ou é ele, antes, resultante de sua concepção de razão prática?”, e se, “sua ética pode ser compreendida em última instância como uma teoria do valor moral?”, as opiniões, conforme apresentei de modo geral na terceira parte deste trabalho, ainda estão muito longe de um consenso.

Compartilho da posição de que *o valor não cumpre um papel fundacional na ética de Kant*, embora em alguns momentos o texto de Kant possa parecer³⁷ permitir tal interpretação. Este é o caso, por exemplo, da fórmula da humanidade como fim em si mesma. Se os argumentos que apresento fazem sentido, então o valor moral não deve, em hipótese alguma, ser interpretado como uma propriedade ou qualidade externa e independente da racionalidade, isto é, como algo que serviria de instância de onde seriam derivados os deveres morais. Aqui cabe perfeitamente o que Herman afirma: não se trata de “conectar a racionalidade com algum valor [...]”. Nós precisamos entender a racionalidade como um valor, não o valor da racionalidade”³⁸. O modo como Kant concebe a agência racional evidencia, por isso mesmo, que sem racionalidade prática não existe valor moral algum.

Neste sentido, concordo com Sensen³⁹ em sua análise do valor em Kant.

Kant não parece ter uma concepção de valor absoluto que seja anterior ou independente da lei moral. [...] Mesmo que Kant tivesse concebido tal valor, seus argumentos descartam que ele poderia ser o fundamento de sua filosofia moral. Se o valor é concebido como um fato existente independente, ainda seria necessário explicar como alguém pode discerni-lo.⁴⁰

Essa perspectiva sobre o valor como propriedade independente e fundacional, também compreendida por vezes como “pré-requisito”, “propriedade independente” ou “qualidade intrínseca, não natural” é colocada no centro do argumento dos realistas morais kantianos (sobretudo no caso dos

37 Concordo plenamente com este ponto da análise de Johnson. Ele observa que, de fato, esta é apenas uma aparência, pois nem o valor da boa vontade, nem a humanidade como fim-em-si-mesma subscrevem a autoridade da obrigação moral. Com efeito, ele argumenta que aquela autoridade tem de vir unicamente do fato de que ela é uma demanda da nossa razão. (Johnson, 2007, p. 133).

38 Herman, 1996, p. 213.

39 Sensen, 2011, pp. 14-52.

40 Sensen, 2011, p. 51.

que defendem um realismo robusto). Quando estes concebem a dignidade como valor absoluto ou a condição de fim-em-si-mesmo do ser humano racional como instâncias que justificam o dever de respeito, não fazem outra coisa que postular um fundamento heterônomo para a moralidade.

Ora, tal perspectiva de interpretação retira justamente o que caracteriza o cerne da filosofia moral kantiana e que permite que sua posição seja coerente em seu conjunto, ou seja, o princípio da autonomia da vontade⁴¹. Precisamente na autonomia reside a fonte de todo o valor:

Pois coisa alguma tem outro valor senão aquele que a lei determina para ela. A legislação, porém, que determina todo valor, tem de ter ela própria, exatamente por isso, uma dignidade, isto é, um valor incondicional, incomparável, para o qual só a palavra *respeito* constitui a expressão adequada da avaliação a que um ser racional tem de proceder acerca dela. A *autonomia*, portanto, é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional. (IV 436,1-7)

Ora, a ideia de um valor absoluto, independente e compreendido como fonte da obrigação moral e, respectivamente, dos deveres é justamente o que Kant se esforçou por rejeitar ao longo de sua argumentação na *Fundamentação*. Se ele foi bem-sucedido neste esforço, isso pode ser objeto de outra investigação. Mas, de acordo com essas características, a interpretação realista do valor não representa outra coisa senão a heteronomia em seu sentido pleno.

Referências

- ALLISON, H. “Kant’s Theory of Freedom”. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. “Kant’s Groundwork for the Metaphysics of Morals”. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- AMERIKS, K. “Kant on the good will”. In: HÖFFE, O. (Hrsg.). *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. Ein Kooperativer Kommentar*. 3. Aufl. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann Verlag, 2000.
- AUDI, R. “Moral Value and Human Diversity”. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BADER, R. “Kantian axiology and the dualism of practical reason”. In: HIROSE, I.; OLSON, J. *The Oxford Handbook of Value Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp. 175-201.
- BARON, M. “Acting from duty”. In: HORN, C.; SCHÖNECKER, D. (eds.). *Groundwork for the Metaphysics of Morals*. Berlin: Walter De Gruyter, 2006. pp. 73-92.

41 Cf. IV 433, 440.

BROSCH, T.; SANDER, D. “*Handbook of Value*. Perspectives from economics, neuroscience, philosophy, psychology and sociology”. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FORMOSA, P. “Kantian Ethics, Dignity and Perfection”. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HENSON, R. What Kant might have said: moral worth and the overdetermination of dutiful action. In: *Philosophical Review* 88, 1979, p. 39-54. HERMAN, B. “The practice of moral judgment”. Harvard: Harvard University Press, 1996.

HILL, T. “Dignity and Practical Reason in Kant’s Moral Philosophy”. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1992.

_____. “Virtue, Rules and Justice. Kantians Aspirations”. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HILLS, A. “Kantian Value Realism”. *Ratio*, XXI, 2, June 2008, pp. 182-200.

HIROSE, I.; OLSON, J. “The Oxford Handbook of Value Theory”. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HÖFFE, O. (Hrsg.). „Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. Ein Kooperativer Kommentar“. 3. Aufl. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann Verlag, 2000.

HOFFMANN, T. S. “Wert”. In: WILLASCHEK, M.; STOLZENBERG, J.; MOHR, G.; BACIN, S. (Hrsg.). *Kant-Lexikon*. Berlin: De Gruyter Verlag, 2015. pp. 2632-2633.

HORN, C. „Nichtideale Normativität. Ein neuer Blick auf Kants politische Philosophie“. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2014.

JOHNSON, R. N. “Value and autonomy in Kantian Ethics”. *Oxford Studies in Metaethics*, Vol. 2, 2007, pp. 133-148. Ed. by Russ Shafer-Landau. Oxford University Press.

_____. “Expressing a good will: Kant on the motive of duty”. *Southern Journal of Philosophy*, 34, 1996, pp. 147-168.

KANT, I. „Kants Gesammelte Schriften“. Hrsg. von der Königlichen Preussischen, bzw. von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902 ss. (Akademie-Ausgabe/AA).

_____. „Werke in sechs Bänden“. Bd. VI. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998. (Weischedel-Ausgabe/WW).

KATO, Y.; SCHÖNRICH, G. “Kant’s Concept of Dignity”. Berlin: Walter De Gruyter, 2020.

KLEMME, H. „Kants ‚Grundlegung zur Metaphysik der Sitten‘: Ein Systematischer Kommentar”. Stuttgart: Reclam, 2017.

PATON, H. J. *The Categorical Imperative: A Study in Kant’s Moral Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

RAEDLER, S. “Kant and the Interests of Reason”. Berlin: Walter De Gruyter, 2015.

SANTOS, R.; SCHMIDT, E. (eds.). “Realism and Anti-realism in Kant’s Moral Philosophy”. Berlin: Walter De Gruyter, 2017.

_____. “Kant e a Metaética contemporânea”. *Revista Studia Kantiana*, Vol. 14, Nr. 1, 2017, pp. 67-86.

- SATNE, P. "Reliability of motivation and the moral value of actions". *Revista Studia Kantiana*, Vol. 14, Nr. 1, 2013, pp. 5-33.
- SEDGWICK, S. "Kant's Groundwork of the Metaphysics of Morals – An Introduction". Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SCHILLER, F. (1796). „*Xenien und Votivtafeln*“. Hrsg. von Michael Holzinger. Berliner Ausgabe, 2013.
- SCHÖNECKER, D.; WOOD, A. „Kants „Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. Ein einführender Kommentar“. Paderborn – München – Wien – Zurich: UTB; Schöningh, 2002.
- SCHÖNECKER, D.; SCHMIDT, E. „Kant's Ground-Thesis. On dignity and Value in the Groundwork". *Journal of Value Inquiry*, Vol. 52, 2018, pp. 81-95.
- SCHÖNRICH, G. „Kants Werttheorie? Versuch einer Rekonstruktion“. *Kant-Studien*, 104 (3), 2013, pp. 321-345.
- SENSEN, O. "Kant on Human Dignity". Berlin; New York: De Gruyter, 2011.
- STRATTON-LAKE, P. "Kant, Duty and Moral Worth". London: Routledge, 2000.
- TIMMERMAN, J. "Kant's Groundwork of the Metaphysics of Morals – A Critical Guide". Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- WILLASCHEK, M.; STOLZENBERG, J.; MOHR, G.; BACIN, S. (Hrsg.). "Kant-Lexikon". Berlin: De Gruyter Verlag, 2015.
- WOOD, A. *Kantian Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.